

IMPÉRIOS REVISITADOS^a

Michael W. Doyle

Departamento de Política, Universidade de Princeton, EUA

O estudo dos impérios, por historiadores e cientistas sociais, tem sido dominado por três perspectivas principais: a metrocêntrica, a sistêmica e a pericêntrica. A primeira assenta no modelo da disposição metropolitana (*metropolitan-dispositional model*) de Hobson, Lenin e Schumpeter (apesar das muitas diferenças entre eles). A segunda assenta no modelo sistêmico de muitos dos cientistas políticos que estudam as relações de força da política internacional. A terceira assenta na ênfase dada à periferia pelos historiadores contemporâneos.

Neste ensaio, começarei por examinar algumas das limitações destes modelos enquanto explicações gerais dos impérios, e esboçarei depois o que, segundo a minha argumentação, são hipóteses mais adequadas para explicar o estabelecimento, variedade e desenvolvimento – a estática, a estática comparativa e a dinâmica – dos impérios.

1. *Limitações das três teorias do imperialismo.*

1.1. A teoria metrocêntrica.

As teorias metrocêntricas sustentam que para compreender os impérios será necessário olhar para o interior das metrópoles dominantes e examinar o impulso interno de expansão para o exterior. A variante dispositiva desta abordagem que se baseia na disposição metropolitana inclui os trabalhos de John

^a Este ensaio desenvolve a conferência apresentada nos Cursos da Arrábida, em 2 de Julho de 1998 e revisita os argumentos que aduzi pela primeira vez em *Empires*, Ithaca, Cornell University Press, 1986.

Hobson, V. I. Lenine e Schumpeter; outros autores para quem as forças internas das metrópoles são suficientes para explicar os impérios cabem na categoria mais alargada dos novos historiadores metrocêntricos. A sua definição do império como uma disposição («imperialismo») gera uma forte tendência para um raciocínio circular. Se, como sustenta Schumpeter, o imperialismo é a disposição sem objectivo para a expansão e se os impérios são identificados por conquistas territoriais a que faltam objectivos concretos, ficamos nas mãos de uma tautologia. Da mesma forma, se o imperialismo é identificado com o capitalismo na sua fase monopolista e ao mesmo tempo explicado por ele, somos apanhados por uma teoria que pode ser quase impossível de pôr à prova.

As teorias metrocêntricas negligenciam igualmente aspectos importantes da experiência concreta dos impérios históricos. As teorias da disposição não consideram os impérios que existiram antes ou depois de as disposições estarem presentes. Lenine, por exemplo, admite a existência de impérios pré-capitalistas e pré-monopolistas (como por exemplo Roma). Mas nem os distingue do imperialismo oitocentista nem nos fornece, o que é mais importante, qualquer garantia de que o que originou os impérios passados não continue a originar o imperialismo do estádio monopolista do capitalismo. Se os estádios da produção estivessem claramente separados no tempo, o problema poderia não ser grave em si mesmo, mas como de facto não estão, a explicação através da disposição pode tornar-se tão arbitrária quanto a opção pela disposição realizada pelo analista.

Outro problema analítico igualmente significativo levanta-se quando a disposição está presente e não dá origem a um império, como acontece com a resistência vitoriosa oposta por uma sociedade periférica ou com a revolução anti-imperialista de uma colónia. A resistência eficaz começa com a defesa siciliana contra a expansão ateniense e no século XIX inclui o Japão, a Etiópia e, de forma um tanto mais ambígua a Tailândia, que conseguiu opor a influência francesa à inglesa¹. O mundo clássico assistiu a poucas rebeliões triunfantes, mas as revoluções americana e latino-americanas são exemplos de revoltas anti-imperiais. A resistência, mesmo contra forças aparentemente superiores, pode por vezes resultar.

Uma definição em termos de disposição é um convite à teoria tautológica. Isto não significa que o capitalismo monopolista de que fala Lenine e a máquina de guerra de Schumpeter sejam explicações necessariamente incorrectas para as origens metropolitanas da expansão ou da política imperial. Elementos da «máquina de guerra» de Schumpeter influenciam efectivamente, por exemplo, o imperialismo ateniense e romano e as ideias relativas à disposição das metrópoles ajudam-nos a compreender algumas das fontes do imperialismo moderno do século XIX. Contudo, as teorias da disposição são, na melhor das hipóteses,

incompletas. Podem elucidar algumas das origens do imperialismo mas não podem explicar nem os impérios nem o imperialismo.

1.2. A teoria sistémica.

O modelo de império da teoria sistémica apresenta, pelo menos, duas faces e a sua simplicidade copernicana torna-a particularmente sedutora. Combina uma enunciação dos motivos com um retrato das oportunidades e chega a um resultado determinado. Os impérios resultam de uma disparidade de poderes; a política mundial, como Edmund Wilson terá dito, é uma luta de sobrevivência entre estados que se assemelha a uma luta pela sobrevivência dos predadores marinhos: os maiores engolem os mais pequenos, com uma regularidade científica.

Esta visão sistémica abstracta enferma de três fraquezas analíticas. Em primeiro lugar, a sua concepção dos motivos que animam as relações externas dos estados é demasiado estreita. O sistema internacional está carregado de insegurança, mas o poder não pode ser o único fim pelo qual os estados competem. Mesmo Tucídides, o putativo fundador da abordagem realista, pensava que as políticas que tinham como objectivo a promoção da segurança são muitas vezes contestadas por políticas seguidas por razões de prestígio ou de proveito material². Outros teóricos sistémicos não consideram a segurança como o único objectivo dos impérios, e mesmo Benjamin Cohen, que se concentra no poder sistémico enquanto característica definidora do imperialismo, sustenta apenas que a procura de segurança é a origem fundamental do imperialismo e não o objectivo próximo de políticas específicas³. Uma busca exclusiva do poder reduz o estado a uma máquina ainda com menos objecto do que a máquina de guerra de Schumpeter, que pelo menos promovia os interesses materiais privados da casta militar que controlava o Estado⁴.

Em segundo lugar, a perspectiva sistémica é demasiado geral. A busca desesperada da segurança que muitos teóricos crêem estar na raiz do imperialismo é uma motivação para todas as relações internacionais. A própria independência dos estados determina que a segurança seja para eles motivo de preocupação no quadro das suas relações externas, segundo Raymond Aron⁵. Na ausência de um soberano global, cada Estado deve desenvolver medidas de auto-protecção que, embora destinadas à promoção da sua segurança própria, aumentam indirectamente a insegurança de outros estados⁶. Uma espiral de insegurança crescente pode motivar o imperialismo enquanto busca de uma profundidade estratégica ou de recursos adicionais.

Esta não é, no entanto, uma descrição das circunstâncias especiais que dão

origem ao imperialismo. É uma descrição da condição essencial do sistema internacional segundo uma interpretação sistémica realista. Sem a anarquia internacional, não poderíamos ter imperialismo (a menos que houvesse apenas um império global). Neste sentido restrito, a insegurança que a anarquia gera é uma causa de imperialismo. Mas, ao mesmo tempo, a insegurança anárquica é, neste sentido, a causa de guerras, alianças, federações e hegemonias – cada uma das quais é condicionada e motivada pela anarquia internacional. Como causa, a anarquia internacional não ajuda a explicar plenamente nenhum acontecimento internacional em particular, e não consegue especificar as circunstâncias em que, no interior do sistema internacional, se pode ou não pode gerar o imperialismo.

Em terceiro lugar, há outros teóricos sistémicos que sugerem que o imperialismo, por mais que possa partilhar motivos com as relações internacionais em geral, distingue-se por um conjunto de oportunidades que derivam de uma significativa disparidade de poder. Mas esta versão da visão sistémica é demasiado superficial; precisamos saber qual é o nível de disparidade necessário para produzir o imperialismo e o que produz as diferenças de poder.

Os teóricos das relações internacionais geralmente concebem o poder como uma complexa amálgama de factores, incluindo a população, os recursos naturais, a produtividade económica, a localização estratégica, a estabilidade do sistema político, a qualidade da liderança pública e da moral nacional, e a dimensão e qualidade das forças militares⁷. Não é provável que nenhum factor seja por si só determinante, e o poder é considerado específico de cada situação. Além disso, os teóricos militares têm tradicionalmente defendido que o poderio militar não se traduz em vitória numa escala incremental de um para um. O atacante precisa de uma superioridade de três para um para alcançar um sucesso consistente contra uma posição defendida⁸. Apenas relações de recursos de poder desta ou de maior grandeza são susceptíveis de criar um ambiente político no qual o estado superior possa exercer regularmente o controlo.

No entanto, mesmo com estas qualificações, a teoria sistémica permanece profundamente ambígua. As sociedades da periferia não formaram objectos passivos da expansão imperial, nem possuíam as instituições estatais centralizadas que os realistas sistémicos consideram os actores da política internacional. O poder militar não é a única fonte de influência internacional, as fontes do poder continuam por explicar, e os modelos sistémicos não nos dizem como combinar os elementos do poder num cálculo do «poder líquido»⁹. Na verdade, se os teóricos sistémicos não conseguem explicar as fontes do poder, a sua atribuição do imperialismo a «uma vasta disparidade de poder» não faz mais do que reenunciar em linguagem mais elegante a definição do imperialismo como uma relação de poder desigual.

1.3. A teoria pericêntrica.

A teoria pericêntrica descreve o que torna os impérios diferentes de outros tipos de relações internacionais concentrando-se nas características que distinguem as sociedades que são submetidas ao controlo imperialista, a «periferia», dos outros tipos de sociedades políticas. Esta teoria fornece o que falta às abordagens metrocêntrica e sistémica: uma relação biunívoca. Através da descrição das fragilidades de um actor numa relação sistémica, mostra como as forças transnacionais que produzem um comércio controlável entre as metrópoles provocam instabilidade e crise – «um imperialismo do livre-câmbio» – em outros lugares¹⁰.

Contudo, a teoria pericêntrica revela também fraquezas gerais significativas. A maior parte das abordagens pericêntricas evita a comparação sistemática implícita na passagem de uma descrição a uma explicação, passagem essa tentada pelos teóricos metrocêntricos e sistémicos. Mas a fraqueza geral mais óbvia da abordagem pericêntrica foi cabalmente apontada por Freda Harcourt: «Pela sua própria natureza [...] o imperialismo supõe que a força motriz tem de vir do centro do poder, e não da periferia»¹¹. Embora algumas periferias procurem activamente uma metrópole, a maior parte resiste-lhe sem êxito. De um ponto de vista, precisamos de explicar a pressão, comercial, militar ou outra, que as metrópoles exercem sobre as periferias.

A disposição metropolitana, o equilíbrio de poder dos teóricos sistémicos, e o imperialismo do livre-câmbio: são elementos que identificam aspectos particulares da relação imperial. Mas nenhum constitui uma explicação dos impérios. O equilíbrio do sistema internacional, ou a economia política do livre-câmbio, ou a dinâmica de fronteira podem, em circunstâncias particulares, constituir motivo para um domínio imperial. Mas nenhum factor por si só poderá formar o fundamento de uma teoria sistemática dos impérios. A explicação do imperialismo continua a depender da resposta a duas questões fundamentais: por que razão são certas sociedades políticas governadas por metrópoles imperiais quando outras sociedades políticas conseguem efectivamente resistir? Por que razão alguns estados criam impérios sobre os seus vizinhos mais fracos quando outros se mantêm isolados no seu interior?

2. *Hipóteses sobre os impérios.*

As histórias da hegemonia de Esparta e dos impérios clássicos de Atenas, Roma, dos Otomanos, de Espanha e Inglaterra, juntamente com os impérios

modernos do século XIX, sugerem respostas a essas duas questões fundamentais. Estes casos produzem igualmente conclusões gerais acerca da estática, da estática comparativa e da dinâmica dos impérios, que podem orientar as nossas interpretações do processo político do imperialismo moderno.

3. *A estática dos impérios.*

O ponto de partida analítico fundamental para a explicação dos impérios reside na relação entre os actores que se transformaram numa «metrópole» e numa «periferia», a última penetrada por forças transnacionais, como mercados, missionários e grandes companhias. Três condições essenciais para o estabelecimento de uma relação imperial podem ser concebidas como limiares para a metrópole, a penetração transnacional e a periferia.

Uma metrópole, especulou-se, exigiria uma grande dimensão ou uma imensa população, riqueza e recursos espectaculares ou um grande exército. No século XVIII, contudo, a Grã-Bretanha estendeu o seu domínio a uma grande parte da Índia que era certamente maior, tanto geográfica como demograficamente, e que segundo a maioria das estimativas tinha também um produto nacional mais elevado. A extensão, a população e a riqueza contribuem naturalmente para o poder nacional e por isso para a capacidade de uma metrópole coagir uma periferia. Estes factores são decisivos em disputas entre metrópoles ou impérios (como as que se verificaram entre Roma e Cartago), que resultam numa redistribuição das periferias. No limite, podem mesmo decidir conflitos entre uma periferia relativamente poderosa e uma metrópole relativamente fraca. Mas historicamente não constituíram as condições normais e determinantes dos impérios.

Uma metrópole tende a ser constituída a partir de três elementos determinantes: em primeiro lugar, um governo central, forte e unido; em segundo lugar, um sentido de legitimidade ou comunidade públicas, amplamente partilhado pela população governante, seja a elite ou as massas; e em terceiro lugar, um nível substancial de diferenciação social. A diferenciação social ajuda a criar recursos. A comunidade assegura que os cidadãos ou súbditos vejam os recursos como (pelo menos potencialmente) públicos. Mas o factor mais importante é um governo central forte. A metrópole tem de ser capaz de tomar decisões políticas concertadas e de mobilizar os recursos exigidos pelas políticas imperiais. Estas características geralmente existem em regimes burocráticos e em estados-nações, quer sejam autoritários quer poliárquicos. Os primeiros podem

confiar mais na coerção e no medo, os segundos mais no consentimento, mas uns e outros produzem uma direcção e um poder político centrais.

A importância desta condição metropolitana é demonstrada pelo que acontece quando não é observada. Foi o que aconteceu, segundo Tucídides, durante o golpe oligárquico em Atenas. A revolta das facções democráticas no exército e na marinha que se lhe seguiu foi uma consequência directa do golpe, que quebrara os limites estabelecidos para a política legítima e para a direcção institucional central. A revolta dividiu o império em facções opostas, mais tarde rompeu tanto a coerência estratégica como o élan dos militares e conduziu à destruição do império ateniense por Esparta. No entanto, esta condição, embora necessária, não é suficiente. Ainda de acordo com o relato de Tucídides, Esparta preenchia esta condição e encontrava-se no mesmo ambiente que a Atenas imperial e contudo não formava a metrópole de um império. Esparta tentou dirigir a política externa dos seus aliados na guerra contra Atenas, mas não conseguiu controlar os seus sistemas políticos de uma forma regular, geral e a longo prazo, como Atenas relativamente aos seus «aliados».

Faltava a Esparta o segundo factor necessário para o estabelecimento de um império, uma extensão transnacional da sociedade interna da metrópole. Atenas colonizou por intermédio de cidades-estados, Roma difundiu uma civilização legal urbana, a Espanha recriou a libertação da Andaluzia na América e a Inglaterra Tudor extravasou sobre a fachada marítima da América do Norte. No século XIX, a França promoveu a *mission civilisatrice* e a Grã-Bretanha o «mandato dual». A expansão a partir da metrópole de forças económicas e socioculturais ou ideológicas e das instituições que as suportam fornece-lhe um incentivo para interferir na política da periferia assim como um meio de penetrar na respectiva sociedade interna da periferia. Nesta expansão as elites periféricas encontram fontes tanto de lealdade transnacional e imperial (religião, afinidades ideológicas) como de remunerações de carácter mais material para a sua fidelidade. Uma tal expansão constitui assim – do lado metropolitano – a fonte de um poder considerável sobre a periferia.

Na verdade, é o poder em alto grau sobre a política interna da periferia, que pode ser gerado pela expansão transnacional, que distingue os impérios de uma forma mais fraca de influência como a hegemonia. As relações transnacionais distinguem o império de Atenas, com o seu proclamado espírito de expansão social e dinamismo e uma realidade correspondente, de uma hegemonia que reflectia o carácter isolacionista da sociedade de Esparta. No caso da China muitos autores pensam que a Dinastia Ming interrompeu a sua busca de um império ultramarino porque se mostrou relutante em aceitar as relações comerciais ultramarinas que a expansão imperial implicaria e em que não tinha interesse¹².

Uma sociologia dos impérios (estática).

Império. O controlo político exercido por uma formação política (a metrópole) sobre a política interna e externa de outra formação política (a periferia), de que resulta o controlo sobre quem governa e o que pode fazer quem governa.

Modo. 1) Formal: anexação e domínio através de um governador colonial com a colaboração das elites locais. 2) Informal: domínio através da colaboração dos governantes locais que são legalmente independentes mas politicamente dependentes da metrópole.

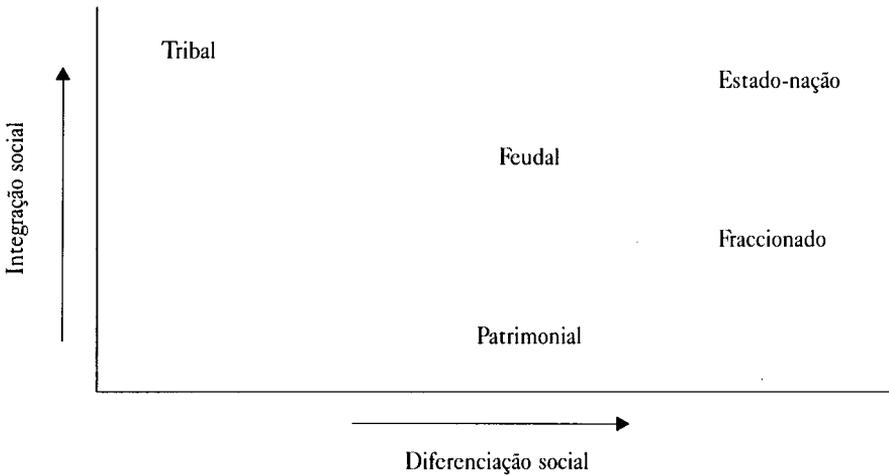
Fontes. A interação de uma metrópole com uma periferia unidas por forças transnacionais gera diferenças de poder político que permitem à metrópole controlar a periferia. Esta relação é produzida e modelada pelas três características necessárias, que em conjunto são suficientes. É também influenciada e modelada pela estrutura do sistema internacional.

- 1) Uma metrópole, tipificada por um estado centralizado, profunda diferenciação social, legitimidade pública e lealdade comunal.
- 2) Uma extensão transnacional da economia, sociedade, ou cultura da metrópole.
- 3) Uma periferia que pode ser: *a)* tribal, tipificada pela inexistência de um estado central, com uma fraca diferenciação social, e uma forte lealdade comunal ou aldeã; *b)* patrimonial, tipificada por um estado central, com alguma diferenciação social, e pouca lealdade comunal; *c)* feudal, tipificada por um estado desagregado, alguma diferenciação social, uma civilização comum, e lealdades em pirâmide; *d)* fraccionada, tipificada por um estado central, profunda diferenciação social, e uma comunidade dividida com lealdades de facção; *e)* de colonizadores, tipificada por um governo colonial, uma sociedade perfeitamente diferenciada, e uma lealdade comunal para com a metrópole;
- 4) Um sistema internacional, que pode ser unipolar, bipolar, ou multipolar

Estas duas condições constituem a dimensão metropolitana da relação imperial; mas nem todos os estados que preenchem estas condições foram metrópoles imperiais. A periferia também precisa de ser examinada, quanto mais não seja porque a metrópole necessita de uma periferia para ser uma metrópole imperial. Que espécie de sociedade política pode ser sujeita a outro governo numa base regular e estável? Alguma coisa tem de distinguir tais estados dos que se tornam metrópoles ou dos que são simplesmente destruídos quando opõem resistência.

Mais uma vez seria possível explorar a possibilidade de apenas os estados pobres ou as pequenas sociedades políticas cumprirem o destino periférico, mas a história dos impérios rapidamente dissipa tais ideias. Tucídides assinala o facto de os habitantes de uma pequena ilha pobre terem sido capazes de resistir ao poderio de Atenas por causa da sua determinação fanática em permanecerem livres – preferiram ser aniquilados a tornarem-se atenienses. Melos como sociedade política não foi imperializada; lutou e foi destruída¹³. O caso mais comum em conflitos desiguais, no entanto, é a rendição ou a resistência ineficaz, o que

Integração social e diferenciação social.



Tácito descreveu na conquista romana da Grã-Bretanha como a «incapacidade de cooperar» dos Bretões¹⁴.

A fraqueza da periferia, que permite que seja conquistada e encoraja mesmo a agressão pela metrópole, é produto, em primeiro lugar, da sua organização social. A tecnologia, como é natural, também desempenha o seu papel, mas a tecnologia tem de ser explicada; a história está repleta de exemplos de tropas mal armadas mas bem organizadas que derrotam oponentes mais bem equipados. A fraqueza da periferia advém acima de tudo do comportamento social associado a diferentes formas de organização social, especificamente a diferenciação e a integração social.

A diferenciação, que geralmente significa a especialização e separação de papéis, funciona para distinguir actividades e papéis económicos, culturais e políticos e actividades no seio de uma sociedade. Identifica igualmente a estratificação de papéis e posições que distingue capitalistas de trabalhadores, padres de leigos¹⁵. Do mesmo modo, a integração social reporta-se à criação de uma comunidade a partir de porções geograficamente separadas da população de um estado, ou às características comunais que silenciam o impacto da estratificação social¹⁶. A integração não é o mesmo que não-diferenciação. Sistemas económicos, políticos e culturais altamente diferenciados podem ser integrados: valores, direitos e deveres podem ser partilhados por todos ou um mercado pode criar interesses interdependentes (o que Durkheim designa por solidarie-

dade «mecânica» e «orgânica», respectivamente)¹⁷. Nestes aspectos as sociedades tribais diferem muito das formações políticas patrimoniais, feudais, fraccionadas ou que constituem estados-nações.

As sociedades tribais dos povos germânicos e celtas descritas por Tácito, dos índios das Caraíbas encontrados por Colombo e dos índios norte-americanos expulsos pelos agricultores colonizadores caracterizavam-se por sistemas políticos «intermitentes» e não-estatais. As sociedades tribais eram ao mesmo tempo muito indiferenciadas e perfeitamente integradas. Não possuíam um estado centralizado – a vida política da sociedade não era diferenciada da sua vida social, nem tão pouco se organizava em torno de uma instituição central coerciva – mas a uma escala local eram altamente participativas, os seus habitantes eram mobilizados e as suas instituições políticas e sociais, na maior parte informais, satisfaziam perfeitamente as suas necessidades¹⁸. Na sua maioria, contudo, estas instituições não estavam apetrechadas para contrariar quer a metrópole quer as suas forças transnacionais.

A falta de diferenciação social e de direcção política central (apesar da integração social generalizada ao nível da aldeia) tornou difícil às sociedades tribais organizar grandes campanhas defensivas contra as intrusões imperiais. A limitada diferenciação social de tais sociedades não é propícia ao desenvolvimento de tecnologias militares avançadas. Tão importante também é que as suas comunidades políticas de pequenas dimensões impediavam uma ampla e segura cooperação estratégica entre aldeias. Além do mais, a organização social em pequena escala e a miríade de papéis sociais sobrepostos que se encontram na sociedade tribal significam geralmente que a mudança tem de ser total: as crises são ampliadas, não absorvidas. As forças radicalmente novas da sociedade metropolitana tendem assim a provocar ou crises internas na periferia, à medida que a sociedade se modifica, ou hostilidade e conflito inter-tribal, à medida que o regime tribal é penetrado pelo comércio ou pelos valores da metropolitanos. Em ambos os casos, é provável que o resultado implique uma extensão pela metrópole do domínio formal e directo para promover os seus objectivos na periferia.

À sociedade patrimonial, embora socialmente mais diferenciada, faltam também o governo central forte e a integração social comunitária que são essenciais a uma resistência eficaz perante uma metrópole imperial. A sociedade patrimonial é capaz de se integrar na economia transnacional que tem por base a metrópole e de beneficiar com esse relacionamento durante algum tempo. Certos sectores da sociedade patrimonial, os dirigentes e as suas clientelas, associam-se à metrópole numa colaboração que beneficia tanto os colaboradores como a metrópole. Com o tempo, porém, o regime metropolitano, para proteger os seus interesses transnacionais da intrusão patrimonial, alargará progressiva-

mente o seu controlo sobre a periferia enquanto os chefes patrimoniais tentam evitar a erosão da sua base político-económica essencial. Sobrevirá uma crise neste relacionamento e, quer a crise nasça da bancarrota quer da revolta na periferia, a metrópole avançará para assumir o controlo total. Os chefes patrimoniais serão substituídos por governadores coloniais ou, se não forem destituídos, hão-de governar como subordinados e reinar como testas de ferro¹⁹.

As periferias feudais, como a Índia após o colapso do império Mogul, também são propensas à colaboração. Socialmente diferenciado, o estado feudal desagrega-se numa confusão de pequenas quase-soberanias, cada uma prosseguindo os seus próprios interesses. A Índia conservou o sentido de uma civilização comum (na verdade, duas civilizações comuns, a hindu e a muçulmana), mas as lealdades políticas eram «estratificadas» e a sua extensão não coincidia com a de um país vasto e defensável. A colaboração dos senhores feudais não violava lealdades políticas mais amplas, e por vezes ajudava a garantir as finanças e a sobrevivência política do potentado local. O domínio imperial sobre a Índia persistiu, nas palavras de Marx, enquanto «os habitantes não se afligiram com a desintegração e a divisão dos reinos; enquanto a aldeia se manteve intacta, não se importam com a potência para que é transferida, ou com o soberano a que cabe em sucessão; a sua economia interna permanece inalterada, o *potail* é ainda o primeiro habitante, e continua a actuar como juiz ou magistrado nas causas menores, e cobrador de impostos ou de rendas da aldeia»²⁰.

As formações políticas fraccionadas e de colonizadores são as que prestam a colaboração menos estável num império informal. As formações políticas fraccionadas são altamente diferenciadas de um ponto de vista social e as suas populações são socialmente mobilizadas, apresentando exigências de maior participação, bem estar material e identificação psíquica junto de um governo centralizado. São quase estados-nações, faltando-lhes apenas um sentido unificado de legitimidade pública. Mas cada facção, apanhada num conflito fundamental entre grupos étnicos, castas, classes, regiões ou ideologias, pode ser tentada a colaborar para evitar o domínio do seu rival interno. A maior parte das formações políticas encerram clivagens internas; a formação política fraccionada tem clivagens que submergem completamente qualquer sentido de identificação nacional e que são politicamente tão proeminentes que definem as coligações que competem pelo poder político. As formações políticas de colonizadores são também fontes precárias de colaboração no império. O seu governo é uma burocracia colonial recrutada entre naturais da metrópole com os quais os colonos se identificam. As lealdades são portanto dirigidas para o país de origem. Algumas formações políticas de colonizadores permanecem leais à metrópole porque enfrentam ameaças internacionais ou ameaças internas, mas se os

laços com a metrópole começam a mostrar-se económica ou politicamente incómodos, as formações políticas de colonizadores encontram-se numa posição politicamente forte para poderem declarar e defender a sua independência²¹.

Os impérios constituem, pois, um complemento para as relações políticas entre estados-nações. A política inter-estados, na perspectiva do imperialismo, implica as relações políticas entre metrópoles, da mesma forma que os impérios implicam as relações políticas entre metrópoles e periferias que se encontram unidas por forças transnacionais consistentes. Esta conclusão poderá parecer demasiado ampla, mas a sua amplitude adapta-se à capacidade de penetração histórica dos impérios. A verdadeira questão não é a amplitude da teoria mas se uma teoria mais comedida ou específica se ajusta à amplitude histórica dos impérios. Mesmo o percurso do império Otomano, «tribal», que parece formar uma excepção significativa aos argumentos acima delineados, representa a resultante de forças basicamente semelhantes que operam num contexto diferente.

4. *A estática comparativa dos impérios.*

Os dois principais modos de domínio imperial são o formal e o informal. O império formal significa o domínio por anexação e o governo de governadores coloniais apoiado por tropas metropolitanas e colaboradores locais – o modelo romano. O império informal implica um modelo ateniense de controlo, exercido indirectamente por meio da corrupção e manipulação de elites colaboradoras dependentes, sobre a política interna e externa do regime periférico, que é legalmente independente.

Factores específicos no seio da metrópole influenciam a forma do império: diferenças na ideologia e na coligação governante, e os interesses particulares dos agentes transnacionais que entram em contacto com a periferia. Mas as diferenças clássicas entre impérios formais e informais ressaltam numa comparação global dos papéis desempenhados pelo sistema internacional e pela sociedade política interna da periferia. A periferia tribal tende a ser associada ao domínio formal (soberania metropolitana estabelecida por um governador e tropas coloniais, etc.) e ao domínio directo (controlo burocrático colonial exercido por naturais da metrópole). As periferias patrimoniais, feudais e fraccionadas, por outro lado, propendem a um domínio informal (a soberania formal é deixada nas mãos de uma elite periférica); no caso de o domínio formal se tornar necessário, encaminham-se então para o domínio indirecto (a administração local é entregue à elite periférica colaboradora).

As razões para estas diferentes tendências foram antes sugeridas. Nas pe-

riferias tribais, as forças e organizações transnacionais metropolitanas são altamente perturbadoras. Os produtos metropolitanos alteram o equilíbrio do poder político local, menosprezam a autoridade religiosa, e chegam a profanar o ritual. Além disso, às sociedades tribais faltam hierarquias dirigentes estabelecidas que possam servir para colaborar com a metrópole. Toda e qualquer colaboração que venha a existir é instável, e o domínio formalmente institucionalizado tornar-se-á necessário. Uma vez estabelecido, este domínio assentará cada vez mais na burocracia intensiva do domínio directo.

A diferenciação social das sociedades patrimoniais e, em especial, das fracionadas, com os seus papéis económicos e políticos quase-autónomos, permite a colaboração sem colapso social. Os mercadores da periferia põem-se ao lado dos mercadores metropolitanos, para seu mútuo (embora não igual) benefício, e o mesmo fazem as facções políticas periféricas. O controlo informal é assim possível, vantajoso e necessário: possível, porque a colaboração é possível; vantajoso, porque reduz os custos administrativos nas periferias patrimoniais e suscita menos resistência do que o domínio formal; e necessário, porque a metrópole, se quiser apoiar o seu comércio ou outras forças transnacionais, tem de enveredar pela interferência política de modo a responder de igual para igual à politização patrimonial das relações económicas.

Após a sociedade política interna da periferia, como determinante clássica do modo de império, encontramos a estrutura do sistema internacional. Os sistemas multipolares tendem a formalizar ou a exigir instituições formais de domínio imperial; os sistemas bipolares tendem a informalizar ou a permitir modos de funcionamento informais.

Um sistema bipolar internacionaliza geralmente a política interna numa extensão transnacional do conflito ideológico e da oposição entre facções. A informalidade bipolar nasce da perfeita simetria que é atingida quando cada pólo de um sistema bipolar se alia a uma facção particular no regime periférico. Visto que a periferia é dominada por uma ou outra facção interna, associada a um ou outro pólo, os alinhamentos internacionais explícitos traduzem-se em recomposições políticas internas. Assim, num sistema bipolar, a colaboração estável é duplamente reforçada – interna e internacionalmente – sem a imposição formal do domínio metropolitano. Deste modo, por exemplo, a democracia e a oligarquia dividiam o mundo grego, marcando pela sua predominância a esfera de influência ou de dominação de Atenas e de Esparta.

Um sistema multipolar, pelo contrário, cria incentivos para o domínio formal. Várias razões apoiam esta associação, mas uma razão simples e directa pode ser encontrada nas possibilidades de escolha que um sistema multipolar proporciona ao regime periférico – uma escolha entre metrópoles e por isso uma

mais ampla oportunidade de negociação de um certo grau de independência. Uma metrópole, então, se pretender exercer a sua dominação para promover objectivos estratégicos ou transnacionais, tem de estabelecer um controlo integral e formal sobre a periferia, tanto sobre a sua administração quotidiana como sobre o sentido geral da sua evolução política.

5. *A dinâmica da mudança imperial.*

Alguns dos maiores impérios perduraram por muito tempo porque, em vez de se desintegrarem em guerras civis, ultrapassaram o «limiar augustiniano» do governo burocrático autónomo. Onde a periferia era muito vasta relativamente aos recursos da metrópole, os impérios só persistiram quando se mostraram capazes de criar uma formação política que governasse no interesse do império como um todo. A ilustração mais clara desta afirmação é a transformação da república romana no principado de Augusto. Antes de Augusto, o império e os seus recursos tinham-se tornado despojos das facções romanas, e Roma parecia destinada a cair, da mesma forma que Atenas caíra. A reorganização burocrática permitiu ao Império Romano sobreviver por mais quatrocentos anos. A Espanha ultrapassou este limiar no século XVI, criando laços e lealdades em ambos os lados do Atlântico que haveriam de suportar as grandes pressões resultantes dos constrangimentos mercantilistas e da ameaça estrangeira nos séculos seguintes. A Inglaterra, por seu lado, não ultrapassou este limiar. Os despojos coloniais formavam apenas um pequeno problema para o funcionamento da política interna, e na América a Inglaterra criou um império puramente colonial. O enfraquecimento dos laços transnacionais no século XVIII retirou o único pilar do edifício colonial e conduziu a uma rebelião das colónias que nem Roma nem a Espanha tinham conhecido.

Um império duradouro pressupõe a coordenação burocrática imperial e a integração transnacional contínua nas esferas política, económica e cultural. Esta integração pode fundir a metrópole com a periferia, da mesma forma que Caracala integrou legalmente as duas no Império Romano em 212. Nesse momento já não existe um império, e os diversos povos tornaram-se um único. No caso de Roma foram assimilados sob um despotismo comum, mas a permanente e enigmática atracção moral do domínio internacional dos impérios, que é reprovável em todos os outros sentidos, reside na possibilidade de que todos venham a ser assimilados sob uma liberdade comum. Os impérios continuam a cativar como caminhos para a paz, mas o imperialismo contém uma dupla tragédia. Em primeiro lugar, os impérios modernos, baseando-se no nacionalis-

mo étnico metropolitano, podem não conseguir completar o caminho que vai até à integração. Em segundo lugar, qualquer império mais extenso, para sobreviver o tempo suficiente para que a integração possa ocorrer, tem de atravessar o limiar augustiniano do domínio burocrático imperial, e a burocratização da metrópole destrói o governo participativo. A liberdade e o império surgem assim, quer analítica quer historicamente, como opostos, para a periferia desde o início e para a metrópole no fim.

Nenhum império é definitivo. Alguns impérios caíram quando as condições para a sua persistência e crescimento entraram em colapso ou degeneraram. Quando a unidade do estado desapareceu, caíram tão rapidamente como caiu Atenas. Quando a autonomia da burocracia se deteriorou ou a força da sociedade transnacional se atrofiou, declinaram lentamente. O nível dos seus recursos disponíveis diminuiu, enfraqueceu a sua resistência a invasões estrangeiras e a sua capacidade para manter a fidelidade de colonizadores longínquos tornou-se incerta. A sua situação nos seus dias de decadência pouca semelhança revela com a dos seus tempos de glória.

Outros impérios foram desmembrados pelo uso da força muito antes da metrópole entrar em declínio, quando as periferias conquistaram a sua independência. A periferia no decurso do desenvolvimento político no interior do império pode atingir um ponto a partir do qual prosseguir a colaboração se torna inaceitável. A elite dissidente da periferia expulsa então a metrópole numa revolta nacional e anticolonial. Tendo despertado para um sentimento de legitimidade nacional, tendo mobilizado e coordenado a população periférica (como fizeram os *founding fathers* da América), e centralizado e institucionalizado a formação política, a antiga periferia vem juntar-se às fileiras dos estados verdadeiramente soberanos.

- 1 Os exemplos modernos são retirados de David K. Fieldhouse, *The Colonial Empires*, Nova Iorque, Delacorte, 1965, pp. 228-30; Tucídides descreveu a derrota do imperialismo ateniense na Sicília em *Peloponnesian War (A Guerra do Peloponeso)*, trad. de Rex Warner, Harmondsworth, 1954, p. VII.
- 2 Tucídides, *Peloponnesian War (A Guerra do Peloponeso)*, trad. de Rex Warner, Harmondsworth, 1954, I, p. 76.
- 3 Ver Kenneth Walz, *Theory of International Politics*, Reading, Mass, 1979, p. 26; ver também a crítica do realismo do poder em Charles Reynolds, *Modes of Imperialism*, Nova Iorque, St. Martin's, 1981, cap. 2; e B. J. Cohen, *The Question of Imperialism*, Nova Iorque, 1973, pp. 256-47. Ver ainda Michael Walzer, *Just and Unjust Wars*, Nova Iorque, 1977, cap. 1, para uma crítica das limitações do realismo enquanto teoria moral.
- 4 J. Schumpeter, «Imperialism», in *Imperialism and Social Classes*, Cleveland, 1955, p. 97 *e passim*.
- 5 Segundo Raymond Aron, «A teoria das relações internacionais parte da pluralidade de centros de

- decisão autónomos, e portanto do risco de guerra, e deduz deste risco a necessidade de um cálculo dos meios», in *Peace and War*, trad. por R. Howard e A. B. Fox, Nova Iorque, 1968, p. 66.
- 6 Robert Jervis, «Cooperation under the Security Dilemma», in *World Politics*, n.º 30 (Janeiro de 1978), pp. 167-214.
 - 7 Hans Morgenthau, *Politics among Nations*, 5.^a ed., Nova Iorque, 1975, cap. 9.
 - 8 Malcolm Hoag, «On stability in deterrent races», in Robert Ark and Kenneth Walz (eds.), *The Use of Force*, Boston, 1971, pp. 403-6.
 - 9 Robert Keohane, «Theory of World Politics: Structural Realism and Beyond», in Ada W. Finifter (ed.), *Political Science: the State of the discipline*, Washington, 1983. Para uma informação de base sobre a análise do poder, ver o ensaio seminal de Jeffrey Hart, «Three approaches to the measurement of power in international relations», *International Organization*, n.º 30 (Primavera de 1976), pp. 289-308.
 - 10 John Gallagher e Ronald Robinson, «The imperialism of free trade», in *Economic History Review*, 2.^a série, 6, 1 (1953), pp. 1-25.
 - 11 Freda Harcourt, «Disraeli's Imperialism», in *Historical Journal*, n.º 23, 1 (1980), p. 109.
 - 12 Ver Mark Elvin, *The Pattern of the Chinese Past*, Stanford, 1973, e Immanuel Wallerstein, *The Modern World System*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 52-57.
 - 13 Tucídides, *Peloponnesian War*, V, pp. 84-116.
 - 14 Tácito, *The Agricola and the Germania*, trad. de H. Mattingly e S. A. Handford, Harmondsworth, 1970, n.º 12.
 - 15 Marion Levy, *The Structure of Society*, Princeton, 1952, pp. 307-48, analisa a diferenciação de papéis, principalmente na base de papéis económicos, políticos e religiosos, os critérios de maior interesse aqui.
 - 16 *Ibid.*, cap. 7 sobre a «solidariedade» e a análise da «integração» no cap. 11.
 - 17 Emile Durkheim, *The Division of Labor in Society*, trad. de George Simpson (1935), Nova Iorque, 1964, pp. 129-32, usa as duas formas de solidariedade como elementos constituintes da integração.
 - 18 Um exame das características gerais das sociedades tribais pode ser encontrado em Gertrude Dole, «Anarquia sem caos», in M. Schwarz, V. Turner e A. Tuden (eds.), *Political Anthropology*, Chicago, 1966, p. 85; Jacques Maquet, «African Society: Sub-Saharan Africa», in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Nova Iorque, 1968, vol. 1, pp. 14-41; E. R. Leach, *The Political Systems of Highland Burma*, Boston, 1954, p. 12. Daryll Forde e Mary Douglas, «Primitive Economics», in George Dalton (ed.), *Tribal and Peasant Economies*, Austin, 1967, pp. 13-28; Elizabeth Colson, «African Society at the Time of the Scramble», in H. L. Gann e P. Duignan (eds.), *Colonialism in Africa, 1870-1960*, vol. I, Cambridge, 1961; E. E. Evans-Pritchard, *The Nuer*, Oxford, 1940; e Lucy Mair, *Primitive Government*, Baltimore, 1964, cap. 3.
 - 19 Sobre as sociedades patrimoniais ver Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organizations*, T. Parsons (ed.), Nova Iorque, 1964, p. 347, e G. Almond e G. Powell, *Comparative Politics*, Boston, 1966, pp. 223 segs. Embora os sistemas patrimoniais contenham na prática um elevado grau de autoridade tradicional, a sua autoridade é em diversos casos completada por fundamentos racionais e carismáticos do poder. Para os nossos objectivos, o que interessa é a estrutura da política, não a fonte da autoridade. Ver também Karl Marx, «On the Jewish Question» e «British Rule in India», in R. Tucker (ed.), *Marx-Engels Reader*, Nova Iorque, 1972, pp. 42 e 577-88. Para uma análise comparativa da sociedade feudal (de como difere da sociedade patrimonial), ver Marc Bloch, *Feudal Society*, vol. 2, trad. de L. A. Manyon, Chicago, 1964, caps. 4, 12 e 18.
 - 21 Marx, «British Rule in India» cit., p. 581.
 - 21 Com o termo «fraccionada» refiro-me às distinções gerais formuladas por S. Huntington, *Political Order and Changing Societies*, New Haven, 1968, quando emprega as políticas «pretorianas» (a referência a Roma torna-a menos apropriada neste contexto, uma vez que Roma não era

fraccionada, nem pretoriana num sentido literal). A formação política «consensualista» (*consociational*) de Arend Lijphart vem mitigar as clivagens que analiso por um consenso em torno do nacionalismo e de outras ligações transversais; *The Politics of Accomodation*, Berkeley, 1975, cap. 5. Para as sociedades de colonizadores, ver J. M. Cook, *The Greeks in Ionia and the East*, Nova Iorque, 1963, sobre os colonizadores gregos; R. Syme, *Colonial Elites*, Londres, 1958; os fascinantes ensaios de E. G. Wakefield, *Letter from Sydney and Other Writings on Colonization*, Nova Iorque, 1929; para os colonizadores modernos, L. H. Gann e P. Duignan, *White Settlers in Tropical Africa*, Harmondsworth, 1962.